

FÉRIAS, QUAIS FÉRIAS?

PAULO FERREIRA DA CUNHA**

Apresentação: Optou-se pela publicação do presente trabalho, conquanto não atenda as especificações técnicas normalmente exigíveis, por tratar-se mais de uma manifestação, de uma visão do seu conceituado autor do que, propriamente, um artigo científico e também para não privar os leitores de terem, de alguma forma, contato com o modo de pensar, suave, mas repleto de objetividade, sem prejuízo de uma boa dose de humor, de um dos maiores juristas portugueses da atualidade, que, num gesto de grande simpatia, encaminhou essa sua reflexão para a Escola da Magistratura da Justiça do Trabalho da 15ª Região.

FRANCISCO GIORDANI
Juiz do Trabalho

Ainda aqui há uns anos, havia férias a sério. Chamavam-se férias grandes, e eram-no mesmo. Em tempo e em espaço de vida autónoma.

Nos ensinos básico e secundário, as férias duravam de Julho a Setembro: sem qualquer drama nem sobressalto social. A escola não tinha ainda a função de guardar crianças e jovens para pais e mães trabalharem, trabalharem e trabalharem. Não era ainda jardim infantil, "guarderia", como se diz, ainda melhor, em Castelhana.

Para os estudantes universitários, as

férias podiam ir de meados de Junho até princípios de Novembro. Pelo menos, de Julho a Outubro, era normal.

Quatro meses de férias por ano, não são os Dois anos de férias de Júlio Verne. As férias tinham um alto valor formativo, em liberdade. Melhor se aprende por vontade que por obrigação...

Esquecemo-nos do que se aprendia nas primeiras lições de Filosofia. Talvez agora não se aprenda... Aprendia-se que a Filosofia nascia do Espanto perante o espetáculo do Mundo. Mas que a condição desse es-

*Professor universitário - pfcunha@justice.com
Escreve no JANEIRO, semanalmente, às quintas-feiras

panto, desse maravilhar-se e interrogar-se, era... o ócio. Não se trata dessa "ociosidade mãe de todos os vícios" dos moralistas de turno. Mas daquilo a que o sábio Séneca chamou "ócio com dignidade".

Pois é apenas da não ocupação premente que pode sair reflexão, cultura, lazer de alta qualidade. Já houve quem defendesse a entrada sem numerus clausus na Universidade para prevenir a droga. Hoje o problema não se põe: a demografia resolveu o problema da pior maneira (há cursos que fecham por falta de alunos). Mas não há dúvida que a terapia ocupacional não resolve tudo.

Anda-se a tentar dar muito que fazer a todos, e não se deixa trabalhar quem tem planos, quem produz obra, e contudo já vive imerso em burocracia, papelada e reuniões improdutivas. E os estudantes em estudos supérfluos. Quem trabalha por gosto não deveria ser obrigado a trabalhar. Só quem é preguiçoso e nada faz. Atacando-se todos por igual, ninguém se sentirá feliz, e a produtividade não crescerá...

Entretanto, quando me desejam agora "boas férias", corrijo sempre: "Férias não. Pausa lectiva de investigação".

Os professores não têm férias. Enredados que os fazem passar o ano lectivo, para além das aulas, em coisas de somenos, o único tempinho que têm para a investigação acaba por ser o mesito de Agosto.

Claro que as famílias justamente reclamam. As famílias daqueles que ainda as têm, porque as escolas, e em particular as universidades, porque instituições totais demencialmente absorventes, são potenciadoras de divórcios: devia ser coisa sociológica e psicologicamente estudada. E o pobre universitário lá vai para férias pedindo empréstimo ao banco e com uma mala de livros suplementar... quando não são teses de doutoramento a ler. Mais que horas extraordinárias, dias extraordinários.

Mesmo os professores que inteli-

gentemente multiplicaram as suas fontes de rendimento e criaram focos de independência (dos que fazem pareceres, exercem clínica, consultoria, etc.) podem ser vistos nas Seicheles ou em Bali de sumo numa mão e noutra teses de 1000 páginas, que irão arguir já em Setembro...

O processo parece já não deixar lugar a nenhuma inovação ou originalidade. Os seus aproveitadores utilizam-no com sabedoria para infernizar. Um exemplo: os estudantes vão ficar sem época de recurso de exames em Setembro, e nem vão esboçar contestação – já é fatalismo.

Teremos universidades super-mercados de aulas, em que se resume a um mês a pausa que permitia aos professores actualizar-se, escrever, fazer viagens de formação e intercâmbio científico. Se a pausa for em Agosto em todos os países europeus, deixa de haver circulação, e o congestionamento agrava-se. Porque não uma escala de férias, decretada pela União Europeia?

Cá vou, condenado a pausa lectiva em Agosto, com quilos de teses e provas tipográficas na bagagem, mas não para Bali nem para as Seicheles.

Para quem tem mesmo férias, pois "Boas férias!" Por mim, continuarei também a escrever aqui. Haveria razão para parar?... Só estivesse em férias.

Professor do Ensino Superior não tem férias... e arrisca-se a deixar de ter vida.

E agora entendo a razão de não termos direito – ao contrário de todas as outras profissões – a subsídio de desemprego. É que não temos emprego, mas "sacerdócio", e com votos severos. Nem emprego, nem férias. Como poderíamos cair no desemprego? Quando nos excluem das universidades, apenas nos oferecem generosamente um utilíssimo estágio (não pago) na "realidade social".

"Boas Férias", para quem tem e pode.